



Conflitos Ambientais Territoriais Entre o Parque Nacional da Serra do Cipó e Comunidades Tradicionais do Retiro.

Undefined, Felisa Cançado Anaya

Introdução

Este trabalho se insere no projeto de pesquisa: Ecologia e conservação das Matas Secas do norte de Minas Gerais, Subprojeto 8: Etnografia dos Conflitos Socioambientais em Matas Secas: caracterização socioeconômica, cultural e cartografia territorial dos povos tradicionais em conflito com unidades de conservação. O Parque Nacional da Serra do Cipó – PNSCi, localizado na região sul da Serra do Espinhaço, é considerado um dos cenários naturais de grande atratividade turística nacional e internacionalmente. É um espaço social privilegiado dos pesquisadores das ciências naturais, que tem no preservacionismo a base que orienta suas ações no campo ambiental. Criado em 1975, enquanto Parque Estadual, em 1984 foi recategorizado como Parque Nacional, processo marcado pela expropriação de vários grupos familiares tradicionais. Em 2013 iniciou-se o que entendemos como segundo ciclo de expropriação, relacionado aos últimos grupos familiares tradicionais resistentes da Comunidade do Retiro. Nesse contexto, a visão dicotômica do preservacionismo que orienta as ações no campo ambiental, revela sua contradição traduzida pela criação de um estacionamento no território destas famílias, como parte de medidas compensatórias à construção da rodovia MG- 010.

O conflito atual mostra a sobreposição de reivindicações entre os diversos grupos tradicionais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, e o ICMBio sobre o mesmo recorte espacial. É relevante investigar a história ambiental e sociocultural dos grupos familiares que nunca foram visibilizados e estudados, ainda vivos e sem indenização; a reemergência do conflito reatualizado pela tentativa recente de expropriação das famílias do Retiro; a busca de reparação dos danos sofridos através da “Comissão dos povos e comunidades tradicionais atingidos pelo Parque Nacional da Serra do Cipó”, e a comparação das similaridades e especificidades com as demais comunidades atingidas por parques ambientais, a partir de uma compreensão histórica e social das políticas ambientais enquanto mecanismo político de desterritorialização de sujeitos do lugar e sua adequação aos projetos econômicos de base capitalista, como a mineração no caso do Cipó. Este presente trabalho tem como objetivo compreender o processo de desterritorialização em seu primeiro ciclo, realizado na época da implementação do PNSCi, a atualização deste processo em seu segundo ciclo no Retiro e compreender o sentido do território-parque para cada sujeito. O conflito ambiental territorial neste espaço será tratado aqui a partir da perspectiva da ecologia política. O sentido do lugar para os sujeitos que sempre ali habitaram é aqui ressaltado, uma vez que se faz presente nas entrevistas analisadas a violência simbólica sofrida, os vínculos que foram rompidos e a nostalgia do lugar em que a subjetividade fora construída. As conseqüências sociais e ambientais deste tipo de processo de desterritorialização recaem sobre os distintos sujeitos que ali viviam de forma desproporcional, rompendo não só com a forma material deste espaço social, mas as relações simbólicas construídas a partir do vínculo com o lugar.

Material e métodos

Foi realizado levantamento bibliográfico de fontes primárias e secundárias, trabalho de campo, oficina de mapas mentais, e entrevistas semi-estruturadas com os grupos familiares atingidos. Apresentamos alguns resultados parciais que dizem respeito aos processos históricos, sociais, econômico e políticos de uso e ocupação da região do entorno do PNSCi.

Discussões e Resultados

O modelo de proteção da natureza, constituído sobre a vertente “preservacionista” (DIEGUES, 2002)^[1] que tem suas origens no século XIX, prevalentemente nos EUA e Grã-Bretanha, se apoia na noção de wilderness (natureza em seu estado selvagem). De acordo com Anaya (2014)^[2], no Brasil, a constituição de unidades de conservação se deu no início do século XX, com a implementação do Parque Nacional do Itatiaia, em 1937. Tal perspectiva se tornou referência hegemônica que orienta as ações predominantes das instituições ambientais brasileiras, como as que são responsáveis



FÓRUM FEPEG

ENSINO • PESQUISA
EXTENSÃO • GESTÃO

UNIVERSIDADE: SABERES E PRÁTICAS INOVADORAS

Trabalhos científicos • Apresentações artísticas
e culturais • Debates • Minicursos e Palestras

REALIZAÇÃO:



Unimontes
Universidade Estadual de Minas Gerais

APOIO:



FAPEMIG



FADENOR

24 a 27 setembro

Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

www.fepeg.unimontes.br

pela criação e administração dos parques, como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em nível nacional, e o Instituto Estadual de Florestas (IEF) de Minas Gerais, em nível estadual, entre outros. Nesse sentido, a implementação de unidades de proteção integral no Brasil, principalmente a partir dos anos de 1980, aumentou os conflitos com as populações locais que foram expropriadas das áreas onde habitavam e viviam, para criarem parques protegidos. Tais conflitos se tensionaram cada vez mais com as indenizações irrisórias ou reassentamento compulsório, assim como pela posição repressora e autoritária que os órgãos ambientais, responsáveis por sua gestão, passaram a assumir com esses grupos sociais.

Nessa mesma conjuntura, emergiu no Brasil o socioambientalismo com forte interlocução política com a sociedade civil. Incorporou os povos tradicionais e suas práticas históricas como parceiras na preservação do ambiente, reconhecendo suas contribuições para o aumento e para a manutenção da biodiversidade. O caso mais emblemático e de maior repercussão foi a articulação política com o “movimento dos seringueiros”, sob a liderança de Chico Mendes, na Amazônia, e posteriormente os “Povos da Floresta”, aliança entre comunidades agroextrativistas e povos indígenas, propiciando a visibilização de suas lutas territoriais em âmbito local, nacional e internacional. Cria-se então em 1990 as Reservas Extrativistas (RESEX) que são frutos da mobilização social e política iniciada pelo movimento dos seringueiros, procurando conciliar as reivindicações por reforma agrária nos moldes amazônicos com a defesa do meio ambiente. Emerge também em 1996, outro modelo de Unidade de Uso Sustentável, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável que é uma área natural que abriga povos tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. Esta Unidade de Uso Sustentável vem de encontro à concepção de uma Unidade de Proteção Integral como Parque Nacional, que almejam a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, mas impossibilitam a residência de comunidades tradicionais, desconsiderando a dialética entre sociedade e ambiente. Foi partir do debate entre as vertentes preservacionistas e socioambientalistas, em relação à presença desses grupos em áreas protegidas, que a noção de “populações tradicionais” passou a ser referenciada nas políticas do campo ambiental. Em 2000, criou-se o SNUC, que foi concebido de forma a potencializar o papel das Unidades de Conservação (UC), de modo que sejam planejadas e administradas de forma integrada com as demais UC, assegurando que amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas estejam adequadamente representados no território nacional.

A corrente preservacionista ainda vigora, e tem nas unidades de proteção integral o principal mecanismo de proteção da natureza. Não considera a existência das populações tradicionais em áreas naturais protegidas e defende a incompatibilidade entre a presença dessas populações e a proteção da biodiversidade. De acordo com o Sistema Nacional de Unidade de conservação – SNUC- (BRASIL, 2002)^[3], o Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. A exemplo desta unidade de proteção integral, cria-se em 1975 o Parque Estadual da Serra do Cipó, em 1984 foi recategorizado como Parque Nacional, processo marcado pela expropriação de vários grupos familiares tradicionais. Como consequência deste processo de implementação do parque ocorreu a expropriação de moradores do território em questão. Tal processo assentado na perspectiva dicotômica sociedade e natureza gerou o que se denomina conflitos ambientais territoriais (ZHOURI, 2010)^[4]. Os conflitos ambientais territoriais possuem uma característica específica que os distinguem dos demais conflitos ambientais, eles marcam situações em que existe sobreposição de reivindicações de diversos grupos sociais, portadores de identidade e lógicas diferenciadas sobre o mesmo recorte espacial. Compreende-se assim, que os grupos envolvidos em tal conflito apresentam modos distintos de uso e apropriação do território, orientados por diferentes visões de mundo. Os grupos familiares tradicionais que residiam no atual Parque Nacional da Serra do Cipó, tiveram a reprodução dos seus modos de vida e a relação com o espaço onde se vive subsumidos por outra lógica de apropriação que desconsidera a dialética entre sociedade e ambiente.

As desapropriações foram motivos de rompimento de vínculo com o lugar, marcado por uma violência material e simbólica, que de acordo com Bourdieu (1989)^[5] se caracteriza como pela fabricação contínua de crenças no processo de socialização, que induzem o sujeito a se posicionar no espaço social seguindo critérios e padrões do discurso dominante, esta violência se faz presente no relato a seguir:

“chegaram e disseram que tinha 30 dias para sair, saímos com a roupa do corpo. Fizemos um despejo, nossos móveis, tudo ficou lá... Descemos com a roupa do corpo, e todo o resto foi queimado e destruído, a plantação e as casas.(...) **O senhor já chegou a voltar lá, depois que saiu?** Voltei, voltei, mas foi bem antes que eu voltei lá, mas quando eu voltei lá já tava tudo queimado. Queimou. Acabou casa, acabou tudo. Não tem mais casa.



(ENTREVISTA COM EX-MORADOR DA SERRA DO CIPÓ REALIZADA PELO NIISA, 2013).

Ao perguntar aos entrevistados porque que eles pararam de plantar, de caçar e de pescar, a resposta é sempre a mesma: por causa do IBAMA que chegou proibindo tudo. Tentando conseguir a compreensão de como foi a chegada do órgão ambiental (na época IBDF) e como que as restrições das práticas consideradas proibidas foram apresentadas à comunidade, percebeu-se que um conjunto de fatores interferiu para que tais práticas praticamente acabassem no distrito (FILLIPO, 2013)^[6]. Os moradores não estavam cientes do que estava acontecendo, o que era uma Unidade de Conservação e quais as suas consequências diretas e indiretas para o seu modo de vida e suas relações com o território, tiveram suas práticas limitadas e proibidas - Não podiam mais caçar, pescar e apanhar flores secas.

Quando eles falaram que ia transformar em parque o que o senhor sentiu, o que o senhor pensou? Uai eu falei, a gente sentiu na época, a gente não achou bom não né, porque já estava acostumado lá, tudo. Ai o que aconteceu. A gente mudou aqui pra baixo, compramos uma arezinha aí e ficamos esperando a decisão, só que até hoje não deu nada. **E tinha muitas pessoas lá?** Tinha, se contar tudo, era meu tio, ah lá tinha umas 8 famílias. **E todos desceram, ou alguém ficou?** Todos, ficou não. Acabou todo mundo saindo. **E foram pra onde, todo mundo?** Veio aqui pra baixo. **Todos aqui pra Serra?** É, pra Serra. Porque acabou saindo por causa disso. Não podia fazer nada, não podia plantar pra sobreviver, não podia mexer com nada, então acabou saindo. (ENTREVISTA COM EX-MORADOR DA SERRA DO CIPÓ REALIZADA PELO NIISA, 2013)

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

Embora a pesquisa ainda se encontre em processo de desenvolvimento, apresentamos alguns resultados parciais que foram alcançados a partir de análises bibliográficas e documentais que dizem respeito aos processos históricos, sociais, econômico e políticos de uso e ocupação da região do entorno do PARNA, que contribuíram para a transformação territorial do lugar. Observou-se que a Serra do Cipó passou por grandes transformações nas formas de apropriação material e simbólica por distintos atores nos diferentes períodos e contextos investigados. Desde o período colonial com a chegada dos bandeirantes que buscavam explorar ouro e diamante na região, ao período de valorização ambiental da região por ambientalistas que culminou com a criação do PARNA Serra do Cipó e a APA Morro da Pedreira nos anos 1970/90, até o atual interesse de empreendimentos imobiliários, turísticos e de mineração que vem se consolidando na região. Porém, o sentido do lugar para os sujeitos que sempre ali habitaram é aqui ressaltado na perspectiva do local versus o global, uma vez que são os principais atingidos pela implementação do PARNA e se encontram ainda em processo de conflito fundiário com o órgão gestor (ICMBio). É a versão desses sujeitos que aqui é visibilizada em contraposição de uma política ambiental que não considera os habitantes do lugar e as diferentes formas de relação e apropriação material e simbólica da natureza.

Referências

- [1] DIEGUES, Antônio Carlos (org). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2.ed.São Paulo: Hucitec, 2002
- [2] ANAYA, Felisa Cançado. OS DRAMAS SOCIAIS DA COMUNIDADE TRADICIONAL DO RETIRO: Etnografia do Conflito Ambiental Territorial no Parque Nacional da Serra do Cipó-MG. UNIMONTES, 2014.
- [3] BRASIL. Decreto Federal nº4.340. Regulamenta artigos da lei nº 9.985, de 18de julho de 2002, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Diário oficial da União de 23/08/2002. Brasília – DF
- [4] ZHOURI, Andréa & LASCHEFSKI, Klemens (org). Desenvolvimento e Conflitos Ambientais. Belo Horizonte:editora UFMG, 2010.
- [5] BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1989.
- [6] FILIPPO, Daniela Campos. Compreendendo a Relação das Pessoas com as Áreas Naturais da Serra do Cipó (MG). em Meio às Transformações do Espaço. (Dissertação de Mestrado). Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade. 2013